

O livro é resultado de um pós-doutorado defendido no Departamento de História da Unicamp em 2021, na linha de Pesquisa “História social, diferenças e conflitos”, sob a orientação do professor Fernando Teixeira da Silva, um especialista em história social do trabalho. O trabalho se inscreve na área da história social da política, ou seja, pensa a política em suas relações com as classes, segmentos de classe e grupos sociais. O livro trata, como indica o título, das eleições gerais de 1954 e 1962, em São Paulo capital, a primeira realizada em 3 de outubro, a segunda, em 7 de outubro. Em ambas foram disputadas cadeiras no senado, Câmara Federal, Assembleia legislativa, governos dos estados, algumas prefeituras e câmara municipais, estas últimas não incluindo a capital. O assunto mais específico do trabalho é a participação eleitoral de operários, operárias das categorias têxtil e metalúrgica, as duas maiores e mais presentes nas campanhas políticas e greves nos anos 1950, e de moradores de bairros populares, Vila Matilde, na Zona Leste e Vila Brasilina, na zona Sudeste. No primeiro capítulo, explico detalhadamente as estratégias de pesquisa para me aproximar e conseguir enxergar essas categorias, construí-las, de alguma forma.

Hoje vou fazer um recorte em toda essa discussão e, como estamos numa associação de professores, numa “casa do trabalhador”, como se dizia antigamente, vou tratar do problema central da pesquisa: será que no período da chamada “república populista”, os trabalhadores desenvolveram estratégias eleitorais próprias de participação? Quais foram? A que resultados chegaram? Que conclusões podemos tirar dessas experiências de participação eleitoral?

Vou, então, apresentar as experiências de 1954 e abrir para o debate.

Em 14 de janeiro de 1954, um informante do DOPS registrou que sete diretores dos principais sindicatos de trabalhadores de São Paulo se reuniram na sede do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de São Paulo para “fixar a posição dos líderes sindicais independentes em reação à política partidária e às próximas eleições”. No dia 20 de janeiro de 1954, esses mesmos dirigentes assinaram um manifesto anunciando suas posições:

- 1) Os atuais representantes do povo nas Câmara legislativas estaduais e federais não vinham correspondendo à confiança dos trabalhadores, “somente lembram-se de seus compromissos públicos em vésperas de eleições”. Leis pleiteadas pelos “tubarões e reacionários” eram aprovadas a toque de caixa.

- 2) Não era mais possível “ignorar a evolução política da classe proletária” por isso resolvem “concitar os trabalhadores” a formarem uma frente única por um programa mínimo.
- 3) Propõem um método de construção das candidaturas: cada categoria profissional deveria debater e aprovar o programa mínimo e indicar o seu candidato, “que antes de qualquer compromisso de caráter político-partidário se comprometa a defender aquilo que é fundamental para a sua classe”
- 4) Adotaram duas palavras de ordem que depois seriam repetidas pelo PT no processo de sua construção nos anos 80:
 - a) “de baixo para cima é que os trabalhadores poderão realmente participar diretamente das eleições, indicando os seus representantes diretos com compromissos claros com as suas classes, sem nos dividirmos politicamente”
 - b) “Adotaremos como palavra de ordem para todos os trabalhadores independentes de suas convicções partidárias o lema *trabalhador não vota em tubarão, trabalhador vota em trabalhador*”.

Os dirigentes sindicais que assinaram o manifesto foram:

Joaquim Gomes Guerra Filho, do sindicato dos Hoteleiros

Nelson Rusticci, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis

Remo Forli, do Sindicato dos Metalúrgicos

Geraldo Oliveira, do Sindicato dos Borracheiros (trabalhados nas indústrias da Borracha)

Celgio Valvassore – Sindicato dos Marceneiros

José Chediak - vidreiros

Eloy Thirso, ferroviários

Desses sete, quatro tinham participado da Greve dos 300 mil, foram eles: metalúrgicos, têxteis, vidreiros, marceneiros e gráficos (cujo presidente não assina o manifesto).

A greve dos 300 mil durou de 26 de março a 23 de abril de 1953. Teve grande impacto político na conjuntura, gerando a demissão do ministro do trabalho, Segadas Viana, substituído por João Goulart em junho de 1953. Foi estudada por autores do porte de José Álvaro Moisés, Joel Wolfe, Renato Colistete, Francisco Weffort, entre outros. Foi

a primeira greve geral em São Paulo do período democrático, após as greves de 1945 e 1946, e do fechamento do governo Dutra.

O lançamento do manifesto de janeiro, portanto, se deu numa conjuntura de retomada da mobilização sindical, de afrouxamento dos controles do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, com o fim da exigência do atestado de ideologia para os candidatos às diretorias. Esse “renascimento” do movimento sindical gerou três iniciativas importantes, no campo das lutas econômicas e políticas dos trabalhadores:

1ª – Formação do Pacto de Unidade Intersindical, uma espécie de central sindical informal, em São Pulo, que durou até o final dos anos 1950 e teve grande importância na organização de diversas campanhas, entre elas a greve geral de 1957 (greve dos 400 mil).

2ª – Tentativa de unificar as campanhas salariais de todos esses sindicatos e realização de uma greve geral (que de fato ocorreu, após o suicídio de Vargas, em 2 de setembro de 1954)

3ª - A articulação política que estamos narrando.

É importante dizer que houve outras iniciativas parecidas naquele ano eleitoral de 1954:

Em setembro, a Liga Eleitoral do Cirurgião Dentista lançou um manifesto anunciando que apresentaria candidatos por todos os partidos, no mesmo mês também foi lançado o manifesto da Liga Eleitoral Agrícola.

Em outubro, o Instituto de Engenharia formou a Liga Eleitoral do Engenheiro de São Paulo e lançou seus candidatos

A principal diferença em relação o manifesto de janeiro é que se tratava de plataformas “corporativas”.

Vejam o programa aprovado na “Convenção dos Dirigentes Sindicais”:

- 1- Estender os benefícios da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo
- 2- Adaptação da CLT à Constituição Federal: liberdade de greve e participação nos lucros
- 3- Lei Orgânica da Previdência Social, de acordo com as resoluções do I Congresso Brasileiro de Previdência Social;
- 4- Direito de participação das entidades sindicais na fiscalização das leis trabalhistas
- 5- Isenção do imposto de renda para os trabalhadores
- 6- Lutar pela estabilização do custo de vida especialmente no campo do congelamento de preços.

- 7- Lutar pela unidade, autonomia e liberdade sindical
- 8- Reforma da legislação de acidentes de trabalho, para que os trabalhadores acidentados percebam a mesma remuneração quando em trabalho
- 9- Criar com as verbas dos institutos e caixas bancos de empréstimos populares
- 10- Lutar pela extinção do Fundo Sindical Social, e devolução do dinheiro deste órgão para os sindicatos
- 11- Reforma da Justiça do Trabalho e da parte processual para julgamento mais rápido e eficiente
- 12- Lutar contra a assiduidade em todas as suas formas¹
- 13- Lutar pela reforma da lei do cooperativismo
- 14- Lutar pela escala móvel de salário e pelo salário básico profissional
- 15- Lutar pelo imposto único
- 16- Lutar pela reforma agrária
- 17- Lutar pela nacionalização das empresas de energia elétrica e todas as empresas estrangeiras que afetam sobremaneira a economia nacional
- 18- Lutar pela nacionalização da exploração, industrialização e distribuição do petróleo de nosso país e todas as riquezas de nosso subsolo
- 19- Facilitar o incremento da agricultura e mais facilidades de distribuição nos centros consumidores
- 20- Lutar pela liberdade de comércio do Brasil com todos os países do mundo indistintamente
- 21- Liberdade de imprensa, escrita, falada e televisionada
- 22- Lutar pela liberdade de pensamento, palavra e organização
- 23- Lutar pela moralização da administração pública.²

E que convenção foi esta?

Aqueles sindicatos que assinaram o manifesto de janeiro também convocaram uma Convenção, que se realizou no Salão das Classes Laboriosas, num domingo, 11 de abril de 1954, às 9 horas, reunindo cerca de 800 delegados, eleitos em reuniões prévias de sindicatos e entidades de bairro. Afinal, foram indicados catorze nomes, todos homens e dirigentes sindicais:

6 pelo PTB

¹ Refere-se à lei 605, de 5 de janeiro de 1949, que regulamentava o repouso semanal remunerado. Para ter o direito ao repouso previsto em lei o trabalhador não poderia ter qualquer atraso na semana anterior. Este princípio foi incorporado depois pela Justiça do Trabalho nos acordos e dissídios coletivos e ficou conhecido como “assiduidade integral”. Os atrasos implicavam perda de parte do salário correspondente ao descanso semanal remunerado, além de outras penas. O movimento sindical reagiu criando uma entidade nacional: Ciscai (Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral). Cf.: LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo, Marco Zero; Brasília, Editora da UnB, 1988, p. 285.

² Dossiê Dops 30-B-232, fls. 242.

3 pelo PSB

2 pelo PST

2 pelo PSD

1 não encontramos registro no TRE

Dos 14,

3 foram indeferidos pelo T.R.E., com base em resolução do TSE que orientava não concessão de registro a candidato adepto de partido cassado (Leia-se PCB)

3 provavelmente não chegaram a registrar candidaturas, dois deles membros conhecidos do PCB (Armando Mazzo e José de Araújo Plácido)

7 concorreram e não foram eleitos

1 (José da Rocha Mendes Filho) foi o candidato mais votado pelo PTB para deputado estadual

Depois da Convenção dos dirigentes sindicais, de abril de 1954, não encontramos registro documental de outras articulações dando continuidade à iniciativa, a não ser menções a campanhas de alguns candidatos nos dossiês do Dops.

Em compensação, em 19 de agosto de 1954, foi realizada uma convenção, no Vale do Anhangabaú, para o lançamento dos candidatos da Coligação Eleitoral para o Progresso de São Paulo, liderada pelos PCB.

Antes de analisar essa outra iniciativa de lançamento de candidaturas de trabalhadores a cargos eleitos, é importante lembrar de um conceito básico da ciência política, que é o da demanda e da oferta política. Entre 1947 e 1954 a população de São Paulo cresceu 15,78%, de 8.496.000 pessoas para 9.837.000 mil e o eleitorado cresceu 72,19%, de 1.601.283 para 2.757.309 eleitores. Cresceu a demanda por representação política. Houve uma grande competição pelo alistamento eleitoral, na modalidade ex officio ou na tradicional, e essa demanda foi canalizada, em parte, como vimos, por entidades de classe, sejam sindicatos ou associações e as candidaturas lançadas por diversas diferentes legendas. O que sugere a ideia de que as máquinas partidárias ainda não estavam muito consolidadas e de que a cultura de representação corporativa, herdada, talvez do Estado Novo, ainda se fazia presente.

Mas gostaria de argumentar sobre outro aspecto: o Manifesto de Janeiro e o lançamento de candidaturas de dirigentes sindicais indica que havia uma demanda por representação do cidadão comum, dos “de baixo”. Pode-se dizer que a Convenção de Abril foi uma resposta, uma “oferta” política a essa demanda, apresentada por entidades de classe, portanto pelos de baixo mesmo. Mas outra oferta, vinda de cima, também se apresentava, por iniciativa do PTB e de candidatos a governador como Jânio Quadros e Vladimir Toledo Pizza e, de alguma forma, Adhemar. Vejamos o que disse Vargas no comício de 1º de maio de 1954:

“Não tendes armas, nem tesouros, nem contais com as influências ocultas que movem os grandes interesses. Para vencer os obstáculos e reduzir as resistências, é preciso unir-vos. União e organização devem ser o vosso lema. Há um direito que ninguém vos pode privar, o direito do voto. E pelo voto podeis não só defender os vossos interesses como influir nos próprios destinos da nação. Como cidadãos, a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituir a maioria. Hoje estás no governo. Amanhã sereis o governo. “

Em perspectiva semelhante, o presidente da Comissão de Reestruturação do PTB de São Paulo, Rodrigo Barjas Filho, anunciou: “a legenda do PTB está à disposição dos líderes operários para disputar as eleições políticas deste ano, independentemente de qualquer compromisso de natureza partidária, pois o programa dos trabalhadores é o programa do PTB”.

É importante lembrar que essa articulação entre sindicatos é noticiada pelo jornal Última Hora como “Frente de Trabalhadores Brasileiros” e teria apoio do ex-ministro do trabalho Danton Coelho, interessado em um possível “novo partido trabalhista”, e teria o apoio de Astrojildo Pereira, no RJ.

Quanto à Coligação Eleitoral para o Progresso de São Paulo, tratava-se de uma “frente patriótica”. A ideia política que a sustentava fica clara no Projeto de Programa, publicado no jornal Voz Operária, em janeiro de 1954: “Em torno da grande aliança de operários e camponeses cerrarão fileiras todas as forças progressistas do Brasil, sem qualquer diferença de situação social, de filiação partidária, de crença religiosa, ou tendências filosófica, todos democratas e patriotas que desejam uma pátria livre e poderosa”.

O próprio nome “Coligação Eleitoral para o Progresso de São Paulo” é coerente com essa ideia, bem como o programa apresentado:

Defesa da economia do estado

1. Abolição dos impostos extorsivos que pesam sobre o comércio e a indústria e garantia de crédito fácil e imediato para os pequenos e médios industriais, comerciantes e pecuaristas;
2. Proteção ao parque industrial paulista;
3. Extinção do racionamento de energia elétrica. Encampação da Light e da Bond and Share;
4. Solução para a falta de matérias-primas e de financiamento;
5. Ampliação do mercado externo, comércio com todos os países;
6. Extinção do monopólio do comércio do café, do algodão e de outros produtos pelas empresas norte-americanas, como a Sanbra e a Anderson Clayton.

No capítulo referente às reivindicações populares, por sua vez, manifestam-se preocupações com a comercialização da produção agrícola ao lado de propostas dirigidas à população pobre e carente de serviços públicos:

1. Criação de estradas para facilitar o escoamento da produção agrícola. Garantia de preços compensadores e transporte rápido. Auxílio ao cooperativismo;
2. Criação de hospitais, maternidades, centros de puericultura e ampliação da rede de água e esgoto na capital e no interior;
3. Combate ao analfabetismo com a criação de novos grupos escolares e a distribuição gratuita de material escolar.³

A documentação indica que a convenção na realidade foi um comício. Segundo o jornal Voz Operária, do PCB, 50 mil pessoas estariam presentes e aclamaram o nome de um general, que foi lançado como candidato a governador:

Leônidas Cardoso, pai de FHC. Foi tenente, participou das revoltas de 1922 e 1924, da revolução de 1930, foi oficial de gabinete do Ministro da Guerra, Goes Monteiro, passou à reserva como general de brigada em 1945.

Com o suicídio de Vargas, em 24 de agosto, a Coligação foi dissolvida, a candidatura de Leônidas Cardoso a governador, retirada. O general foi, então, lançado candidato a deputado federal pelo PTB pelo Movimento da Panela Vazia, hegemônico pelo PCB, evocando outros movimentos anteriores com a mesma denominação. Houve um “movimento da panela vazia” em 1945, pró-Vargas, que precedeu o “queremismo” e outro

³ Programa da Coligação Eleitoral pelo Progresso de São Paulo, que é intransigentemente defendido pelos candidatos da Panela Vazia. **Notícias de Hoje**, São Paulo, 12 de set 1954.

no final de 1952 e começo de 1953, que, segundo Moisés, teria levado, em diversas passeatas, cerca de 500 mil pessoas às ruas.

Em 1954, a Coligação Eleitoral para o Progresso de São Paulo, que se transformou no Movimento da Panela Vazia, lançou vários nomes de líderes sindicais, militantes do PCB ou simpatizantes, alguns deles também lançados em abril na Convenção:

Armando Mazzo,

Celgio Valvassore

José de Araujo Plácido,

José da Rocha Mendes Filho,

entre outros.

Mas não aparecem nomes de líderes sindicais importantes, que não eram comunistas, como Nelson Rusticci, dos Têxteis e Remo Forli, dos metalúrgicos.

E, junto com trabalhadores, aparecem nomes como o do próprio Leônidas Cardoso, Abguar Bastos, bacharel em direito, apoiador da revolução de 1930, foi chefe de gabinete do interventor no Pará, nomeado por Vargas, modernista, prefeito de Coari, no Amazonas participou da Aliança Nacional Libertadora em 1935

Jorge Amado

Ralph Zumbano – foi campeão sul americano de boxe peso-leve e representante do Brasil nas Olimpíadas de Londres, em 1948.

José da Rocha Mendes Filho, (PTB)secretário da Federação Nacional dos Gráficos

Ariel Tomassini (PRT – Partido Republicano Trabalhista),

O movimento da Panela Vazia elegeu Leônidas Cardoso e Abguar Bastos deputados Federais e Ralph Zumbano, José da Rocha Mendes Filho e Ariel Tomasini deputados estaduais, obtendo um êxito bem maior do que o Movimento de Abril de 1954.

Levantamos no livro cinco respostas hipotéticas para a pergunta:

- 1) A hegemonia político-eleitoral do projeto populista, nacionalista e desenvolvimentista de Vargas se impôs, atraindo forças do campo operário e popular e inibindo iniciativas que brotaram depois da greve dos 300 mil

- 2) A forte presença do PCB no movimento sindical, operário e popular permitiu que canalizasse a energia para a frente patriótica, especialmente após o suicídio de Vargas
- 3) A greve e o crescimento do movimento político dos trabalhadores foi cortado pela repressão: ilegalidade do PCB em 1947, cassação dos mandatos em 1948, indeferimento de candidaturas em 1954
- 4) As greves e emergência das lutas sindicais e populares no pós-guerra não continham um potencial político hegemônico. A possibilidade de reconstrução da política de baixo para cima não teve forças para se efetivar
- 5) - As greves e a emergência das lutas sindicais e populares no pós-guerra continham um potencial político hegemônico, mas a realização desse potencial, a passagem do social ao político (a catarse, em termos gramscianos), não se processou (e não se processa) de forma unívoca ou cumulativa, mas mediada por fatores da história política e cultural, pela relação de forças entre grupos e classes, por conjunturas contingentes e dispositivos institucionais que definiram a legitimação, pelo voto operário e popular, de projetos diferentes daqueles propostos pela vanguarda reunida nos partidos de esquerda e na direção dos sindicatos. Neste sentido, a demanda por representação teria sido hegemônica por candidaturas e projetos populistas.